As críticas do estudo do passado na Geografia

Les critiques de l'étude du passé en Géographie

The criticisms of past's study in Geography

Las críticas al estudio del pasado en Geografía

Thomaz Menezes Leite

Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/6283>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.6283

ISSN: 2316-7793

Editora

Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Refêrencia eletrónica

Thomaz Menezes Leite, «As críticas do estudo do passado na Geografia», *Terra Brasilis* [Online], 13 | 2020, posto online no dia 06 novembro 2020, consultado o 05 dezembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/6283> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.6283>

Este documento foi criado de forma automática no dia 5 dezembro 2022.

All rights reserved

As críticas do estudo do passado na Geografia

Les critiques de l'étude du passé en Géographie

The criticisms of past's study in Geography

Las críticas al estudio del pasado en Geografía

Thomaz Menezes Leite

NOTA DO AUTOR

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo financiamento da pesquisa que originou esse artigo. Assim como a Marcos Paulo Ferreira de Góis pela revisão atenta, aos dois pareceristas anônimos pelas sugestões e a Rafael Augusto Andrade Gomes pela minuciosa editoração.

Introdução

- 1 Há por parte da sociedade moderna uma crescente valorização do passado, tendência que reflete a emergência de uma nova relação identitária entre os homens e os lugares que lhes dão ancoragem no planeta (Abreu, 1998: 77). Essa tendência está presente até mesmo no Brasil, um país onde o passado muitas vezes foi preterido ao discurso do novo e do moderno. Abreu (1998: 78) cita duas principais causas para essa valorização: o fim da era de otimismo ilimitado no futuro e a velocidade do período atual da globalização.
- 2 O aumento do interesse dos geógrafos ao estudar o passado pode ser verificado, nos últimos anos, por um acréscimo significativo dos estudos na área de Geografia Histórica, trazendo à luz novas reflexões teóricas sobre o assunto. Não estaremos nesse trabalho fazendo ilações sobre a natureza ontológica da Geografia Histórica, discutindo

seus limites e definições. Nem todo geógrafo que trabalhou com o passado entende sua produção como parte da Geografia Histórica, ou ele mesmo ser um geógrafo historiador,¹ mas reconhecemos que o aumento das discussões sobre a Geografia Histórica, tanto na produção acadêmica nacional quanto internacional, é um reflexo direto do aumento do interesse sobre o passado.

- 3 Os trabalhos de Estaville Jr. (1991), Butlin (1993), Baker (2003) e Bassin e Berdoulay (2004) são referências internacionais para se pensar o campo. Trabalhos de autores brasileiros como Abreu (1998, 2000, 2005, 2010), Vasconcelos (1999, 2011), Moraes (2000), Alves (2011), Lima e Amora (2012), Silva (2012), Godoy (2013), Gomes e Machado (2013), Rodrigues (2015) trazem considerações sobre a Geografia Histórica, suas delimitações, definições e metodologias. Outros trabalhos, como o de Butlin (1993), Baker (2003), Erthal (2003), Silva (2007), Carneiro e Matos (2012), Carneiro (2016) e Vasconcelos (2017) realizam uma historiografia do campo. O tema da Geografia História, portanto, mesmo tendo uma oscilação de representatividade em encontros acadêmicos recentes no Brasil (Novaes e Lamego, 2016: 261-262), está presente nas discussões atuais da Geografia.
- 4 Grande parte dos trabalhos citados acima critica como o passado foi e é estudado pelo campo, alguns propondo novas metodologias e considerações epistemológicas para o respectivo estudo. Ao mesmo tempo, diversas dessas obras refutam uma tradição geográfica que imporia uma “ditadura do presente”, baseados, no que diz respeito à produção brasileira, na discussão feita por Abreu em dois artigos (Abreu, 1998, 2000).
- 5 Esse trabalho tem como objetivo contribuir com a discussão sobre as críticas ao estudo do passado pela Geografia. Assim, primeiro pensaremos nas críticas à ideia da possibilidade de a Geografia tratar ou não do passado, tentando entender como se estabeleceu uma suposta lei (Abreu, 1998) que impedia a geografia de estudar o tempo pretérito. Para isso, leremos as obras a partir de uma visão contextual, procurando observar como as críticas se articulavam com as discussões sobre a Geografia na época e no local em que foram feitas.

O passado como possibilidade

- 6 Pode parecer quase tautológico um texto comentando a crítica que contesta a possibilidade do passado ser estudado pela Geografia. Isso porque já é de aceite geral que o geógrafo pode contribuir com questões e análises ao se versar sobre tempo pregresso. Mas a narrativa de que haveria uma lei que impediria a disciplina geográfica de trabalhar com o passado (Abreu, 1998: 92), ou mesmo uma regra informal de que a geografia deve estudar unicamente o presente (Silva, 2012: 1), é bem recorrente nos recentes trabalhos geográficos sobre o estudo do passado. Ainda que seja contestada logo após sua exposição nos respectivos trabalhos, a ideia de que o passado foi proibido ao estudo geográfico é comum na produção acadêmica brasileira.
- 7 E o que seria essa “lei informal”, que foi “escrita não se sabe por quem, nem quando” (Abreu, 1998: 92-93)? Ela seria uma “lei castradora” (Abreu, 1998: 95), que “impele-a [a Geografia] na direção exclusiva da interpretação do presente dos lugares” (Abreu, 1998: 95) e, por isso, deveria ser transgredida ou abolida. Seria uma lei que, baseada supostamente, segundo alguns, nas ideias de Kant, segundo outros nas de Reclus, entenderia a Geografia como a ciência da descrição da história no presente (Moraes, 2000: 1). Mas, se a lei que ninguém escreveu, ou a regra que ninguém formalizou,

realmente existiu e imperou, como se explica a desobediência recorrente dos geógrafos a ela?

- 8 De fato, ao pesquisar particularmente sobre a produção geográfica sobre o passado da cidade do Rio de Janeiro, viu-se que, pelo contrário, essa produção sempre foi presente, mesmo que realizada de diferentes maneiras e tendo variados graus de representatividade ao longo dos anos. Podemos citar como exemplos os trabalhos de Delgado de Carvalho (1990 [1926]), Therezinha de Castro (1965), Maria Novaes Pinto (1965), além dos artigos de Lysia Bernardes e Maria Therezinha de Segadas Soares publicados, nas décadas de 50 e 60, na Revista Brasileira de Geografia e no Boletim Geográfico e reeditados em um livro posteriormente (1990 [1987]). Todos esses trabalhos se voltavam para o tempo pretérito e os autores não consideraram a necessidade de se justificar ou ponderar se estariam cometendo uma possível “infração” ou “invasão de campo”.
- 9 Ainda que haja exemplos de trabalhos que versaram sobre o passado em praticamente todos os momentos da produção geográfica, há dois fatos que nos parecem incontestes: a porcentagem dos trabalhos na Geografia que miram o tempo pretérito é inferior à que se dedica ao presente; e esses trabalhos são e foram alvos de constantes críticas. Não se trata aqui de negar as marginalizações que os esforços de produção dessas geografias do passado sofreram (Erthal, 2003). Apenas de tentar entender o porquê desse tratamento. Se, como Lowenthal (1985) nos lembra em sua obra, o passado é um país estrangeiro, impossível de se conhecer plenamente, é justamente estudando as críticas às “visitas” geográficas a esse país estrangeiro que nos permitirá pensar em razões que possam explicar essa marginalização.
- 10 Abreu (1998: 92-93) cita a geografia francesa como guardiã da “lei” e exemplifica alguns geógrafos, que, segundo o autor, afirmaram que a geografia deveria dar conta do presente, e não do passado, como Brunhes (1869-1930) e Cholley (1886-1968) (Abreu, 1998: 92-93). É essa a interpretação que parece ser comum na produção acadêmica atual na Geografia brasileira sobre o assunto, que cita os referidos artigos de Abreu (1998, 2000) e, com algumas variações, adicionam Hartshorne (1899-1992)² como um dos supostos legisladores de tal regra. Assim, destacamos esses três autores, e suas obras mais citadas nos atuais trabalhos de Geografia Histórica, como casos significativos para entender como se deu a criação dessa lei. Mas, ao reler os autores e obras citados, não nos pareceu que eles sejam os responsáveis por estabelecer uma proibição de se estudar o passado.
- 11 Brunhes, geógrafo francês, teria divergido da tradição *vidaliana* e, insatisfeito com o uso do “fator histórico”³ de forma indiscriminada, pouco científica, para falar sobre aspectos sociais e econômicos, teria se apoiado mais em geógrafos alemães para construir sua visão sobre a geografia e seus métodos, segundo Claval (1984: 234). Assim, teria criticado o historicismo nos trabalhos de diversos colegas e apontado metodologias alternativas que garantiriam à disciplina um caráter científico e autônomo.
- 12 Mas, mesmo preterindo as reconstruções históricas praticadas anteriormente por estudos de distribuição e organização espacial, Brunhes também incorporou em suas análises o tempo, o passado e a história. Isso é evidenciado no final de uma das suas obras mais famosas: “La géographie humaine: essai de classification positive”(1912 [1910]: 586-616). Outro grande exemplo de como o geógrafo parecia não ver o passado como proibido está no seu livro com Camille Vallaux, intitulado “La Geographie de

L'Histoire, geographie de la paix e de la guerre, sur terre e sur mer” (Brunhes e Vallaux, 1921).⁴

- 13 O livro, que inclusive se inicia com considerações sobre a relação entre a História e a Geografia (Brunhes e Vallaux, 1921: 1-25), pode nos parecer atualmente mais uma produção sobre a Geografia Humana do que outra coisa, dado os temas e questões abordados. Contudo, mesmo com essa característica o livro é permeado de exemplos e estudo de casos sobre o passado para discutir tais temas e questões. Portanto, não nos parece ser possível dizer que Brunhes era um apoiador de tal regra ou lei “castradora”. Pelo menos, não seria uma questão relevante para o autor quando de sua crítica ao uso do passado a discussão sobre a possibilidade ou não da geografia abordá-lo.
- 14 Cholley, pelo contrário, em seu guia aos estudantes de Geografia (Cholley, 1942), principalmente no quinto capítulo, intitulado “Géographie et Histoire, unité de la Géographie” (p. 102-121),⁵ parece advogar pela exclusividade temporal das duas disciplinas:
- Aí está uma diferença fundamental entre Geografia e História: *a História está voltada para o passado, a Geografia vê o presente*. É a vida atual dos grupos humanos, o estado atual das regiões humanas que constituem sua preocupação essencial. (Cholley, 1942: 107, tradução livre, grifos nossos)⁶
- 15 O passado interessaria ao geógrafo quando ele traz consigo uma chave para o entendimento do presente. Presente que não se confunde com o “efêmero” ou o “instantâneo”. Cholley, a partir da sua ideia central de dinamismo (Cholley, 1942: 12-18), reconhece que existe uma duração nos eventos e que o “atual” é relativo, não correspondendo a uma medida em uma escala cronológica definida. Seriam as atualidades “duráveis”, as tendências e estruturas que os geógrafos deveriam estudar, evitando os feitos secundários e acidentais (Cholley, 1942: 107-109).
- 16 Contudo, o geógrafo francês não nega a importância da História e do passado para sua área do conhecimento. É justamente utilizando-se de “marcos do passado”⁷ que o geógrafo pode verificar se o que vê e estuda é, de fato, algo com uma duração significativa ou se é uma efemeridade de segunda importância e, com isso, deve ser ignorado. O passado, com isso, não parece proibido, mas passível de ser utilizado como instrumento:
- Recorrer ao passado permite, então, remediar a insuficiência de nossa informação e as fraquezas de nossa perspicácia. A História dá a Geografia o recuo necessário que a permite construir sobre bases sólidas. (Cholley, 1942: 110, tradução livre)⁸
- 17 E não apenas um instrumento qualquer, o passado, ou melhor: “[o] conhecimento do passado, o uso do passado, continua sendo, portanto, nosso melhor meio de discernimento” (Cholley, 1942: 111, tradução livre).⁹
- 18 Esse uso do passado, restrito a ser usado apenas para construir uma explicação do presente, também é criticado por Abreu (1998, 2000) e outros trabalhos que tomam os citados artigos como base. Concordamos que seria realmente empobrecedor limitar as “visitas geográficas” ao passado, permitindo o uso do tempo ido somente para a identificação e separação de quais fenômenos no presente o geógrafo deve considerar em seu estudo, como Cholley parece propor. Mas, de forma inusitada para quem aparenta defender veementemente essas restrições temporais, o autor reconhece, ao explicar as diferentes geografias para os leitores, que existe uma Geografia Histórica (Cholley, 1942: 77-78). E o qual seria a proposta desse ramo da Geografia?

A Geografia Histórica [...] se propõe essencialmente a nos descrever o aspecto do mundo em um momento determinado do passado e nos fazer conhecer a estrutura dos grupos humanos que então realizavam suas atividades. Ela é, portanto, ao mesmo tempo universal e regional. (Cholley, 1942: 77, tradução livre)¹⁰

- 19 Mesmo afirmando ser um ramo menos estudado na geografia francesa, Cholley reconhece que a Geografia Histórica seria capaz de reconstituir o aspecto de uma região no passado. E não diz ser necessária a justificativa de entender o presente para realizar essa reconstituição. Apenas adverte que o principal problema em se fazer esse recorte temporal do passado é como escolher o “momento”, algo semelhante aos cuidados recomendados pelos geógrafos historiadores para com as periodizações em seus respectivos trabalhos.
- 20 Ao lermos as obras mais citadas e criticadas de Hartshorne (Hartshorne, 1939, 1959) pelos geógrafos historiadores, reconhecemos que a questão principal para o autor parece ser encontrar qual seria a contribuição da Geografia, tentando delimitar seu campo, seus objetos de estudo e suas metodologias. As suas considerações sobre o estudo do passado parecem ser mais claras no sexto capítulo da sua obra de 1939, *The relation of History to Geography* (Hartshorne, 1939: 351-364), e na revisitação de seu livro, vinte anos depois, onde dedica também um capítulo, *Time and Genesis in Geography*, para discutir a relação da geografia com o tempo e o passado (Hartshorne, 1959: 81-107).
- 21 Hartshorne não nos parece advogar por um estudo exclusivo do presente. Primeiro, insiste que mesmo os estudos do tempo atual, criticados à época como estáticos, “não se limitam à condição presente” (Hartshorne, 1939: 354, tradução livre),¹¹ ou seja, era aceitável que o geógrafo que quisesse entender o *então* recuasse no tempo, reconhecendo que o presente teria uma extensão temporal significativa. Já em seu livro de 1959, o autor irá tecer considerações sobre o que se assemelha ao que vimos na diferenciação feita por Cholley entre presente e efemeridade, a partir do conceito de dinamismo (Hartshorne, 1959: 82-84).
- 22 Além de considerar esse presente como dotado de uma duração expressiva, Hartshorne (1939: 354) conclui que a Geografia tampouco se limita a estudar esse “presente”. Isso fica claro em sua argumentação quando afirma que,

Por outro lado, o fato de que o tempo, ele mesmo, não é um fator na Geografia, que a Geografia estuda a integração do fenômeno em áreas sob a suposição de um tempo fixo, *não limita a Geografia ao presente*. Ela pode traçar um corte transversal através da realidade em qualquer ponto no tempo. (Hartshorne, 1939: 360, tradução livre, grifos nossos)¹²
- 23 Sua crítica não parece ser, portanto, a possibilidade ou não da Geografia versar sobre o passado, visto que considera legítima a realização de estudos de cortes temporais pretéritos. Também reconhece, citando o trabalho de Brown (1938 *apud* Hartshorne, 1939: 362-363), que um geógrafo, mesmo usando dados e materiais históricos, ao se perguntar sobre as geografias do passado está realizando algo diferente das produções dos historiadores.
- 24 Mesmo na Geografia Francesa em geral, apontada como guardiã dessa suposta lei, não nos parece possível apontar com certeza quais autores, ou em que momento, se estabelece e se legitima tal lei. Se, segundo Claval (1984: 238), na década de 1960, Pierre George insistia em não olhar para trás, para um mundo do passado, e alguns dos seus alunos¹³ consideravam que a geografia poderia e deveria ser uma ciência exclusivamente dedicada ao presente, essa posição não nos parece absoluta. Há exemplos da permanência de estudos utilizando conceitos como tempo, temporalidade

e história, principalmente em trabalhos sobre o campo (Claval, 1984: 237) e nas tentativas em incorporar uma análise marxista nas pesquisas (Claval, 1984: 239).

- 25 Ao lermos os geógrafos apontados como legisladores, mesmo com algumas aparentes contradições sobre o uso do passado, que merecerão comentários posteriores, ou críticas sobre o papel do tempo e da temporalidade, não vemos a negação do estudo do passado como algo estabelecido. Dificilmente poderíamos concordar em afirmar que houve o estabelecimento de uma “regra”, mesmo que informal, do não uso do passado, ainda que o tempo pregresso tenha sido preterido por diversas vezes na história do pensamento geográfico.

A contextualização das críticas

- 26 O que então esses geógrafos teriam escrito para que a produção da Geografia Histórica contemporânea brasileira lhes atribua esse papel “legislativo”? Haveria outra forma de entender as críticas que diminuísse a aparente contradição entre essas apreciações, o resto da obra desses geógrafos e a leitura contemporânea que se fez deles? Para responder tais perguntas, faz-se necessário contextualizar a produção dos autores, como aponta Berdoulay (2003).
- 27 Seria impossível entender as análises que realizaram sem considerar o objetivo e o objeto da crítica no contexto histórico-espacial que se encontravam então. Sem contextualização da lógica que guia as reflexões, dos termos utilizados e suas proposições corremos risco de cair em um anacronismo tautológico. Não é exequível nem o interesse deste artigo se alongar na discussão sobre a história epistemológica da Geografia francesa ou americana, ou mesmo sobre a trajetória biográfica dos autores citados.¹⁴ O que nos interessa fundamentalmente é tentar colocar as críticas sob um ponto de vista contextualizado. Para tanto, é necessário entender as principais questões que nortearam as obras estudadas à luz das discussões da época e local em que foram publicadas.
- 28 A obra de Brunhes marca um importante afastamento do autor de uma tradição *vidaliana*, incorporando métodos da geografia alemã, diminuindo a relevância do “fator histórico” (Claval, 1984: 237). A intenção de consolidar a Geografia como campo acadêmico institucionalizado nas universidades é clara em seu trabalho. Traçando grandes categorias, rejeitando termos e conceitos que considerava vagos e imprecisos, discutindo possíveis diálogos para com outros campos de saber, além de definindo o papel da geografia, o trabalho de Brunhes é um apelo significativo e contundente em favor da inclusão da Geografia no rol das ciências modernas.
- 29 Diferentemente do texto de Brunhes, no qual é mais difícil discernir um público alvo, o livro de Cholley claramente foi escrito para estudantes de geografia que tinham uma formação compartilhada em História. Sua principal intenção é esclarecer aos alunos as características da Geografia como saber científico, além de apresentar seus métodos e temas mais comuns de forma didática e inicial. O autor mesmo reconhece que
- [...] essa questão entre a História e a Geografia desencadeia um problema bem mais vasto, o dos limites da Geografia. Nós não poderíamos pretender estudá-lo como seria necessário em tão pequena obra, que não é sobre toda a metodologia geográfica, mas uma simples iniciação. Digamos somente que falar de limites poderia ser uma forma errada de se perguntar a questão. Seus pontos de vista não sendo os mesmos, não podemos dizer que os domínios das disciplinas como a

Geografia, a História e mesmo a Geologia se invadem uns aos outros. (Cholley, 1942: 112, tradução nossa)

- 30 A obra se destinava a alunos que estavam cursando tanto Geografia quanto História e a proposta do trabalho era diferenciar os campos de forma simples, em detrimento da complexidade que o assunto, o geógrafo francês reconhece, mereceria. Assim, as aparentes incoerências do seu discurso sobre a possibilidade do estudo do passado, com afirmativas de que a diferença entre história e geografia seria a de que a primeira deveria tratar do passado e a segunda do presente, assim como contraditoriamente reconhecendo como legítima uma Geografia do passado e admirando as contribuições de Marc Bloch sobre a História e o presente, ficam de certa forma mais compreensíveis.
- 31 Hartshorne também procura definir a Geografia e seu campo, mas o faz construindo uma narrativa da história da disciplina, recuperando obras de autores já clássicos em sua época, principalmente Ritter (1779-1859) e outros autores alemães. Com todas as limitações de tal escolha metodológica, como lembra Lamago (2013), o geógrafo americano tenta estabelecer os limites da ciência geográfica, sua natureza e a consolidação (ou homogeneização empobrecedora, dirão seus críticos) de uma metodologia singular.
- 32 É interessante notar que as obras atuais fazem um esforço para explicar as contradições apontadas nas três obras lidas. Abreu (2000: 14) sugere que, do lado da Geografia Francesa, essa proibição do passado se deu por conta da
- [...] batalha pela institucionalização da geografia francesa foi sobretudo uma busca de independência frente à história, que lograra esse feito antes e insistia que a geografia era uma de suas ciências auxiliares. A autonomia foi conseguida, mas sem que se resolvesse a contento a questão da separação de saberes umbilicalmente ligados um ao outro. (Abreu, 2000: 14)
- 33 A questão da institucionalização da Geografia como um campo científico autônomo é muito explorada em pesquisas de história do pensamento geográfico e está presente nas obras dos três autores analisados. O caso francês, que nos interessa especialmente neste trabalho, por ser apontado como o “guardião” da lei que impedia a geografia de estudar o passado, foi emblemático. Inicialmente, não só a Geografia, mas campos como a estatística social, a etnografia e, inclusive, a História, tiveram de enfrentar as ambições de um “imperialismo” da escola francesa de sociologia liderada por Durkheim. Em sua proposta de reorganização das ciências sociais, Durkheim demovia os campos supracitados a disciplinas auxiliares da sociologia, com a incumbência de fornecer fatos empíricos, mas não tendo capacidade explicativa (Lepetit, 2001a [1990]: 31-32).
- 34 A “emancipação” das outras ciências em relação à Sociologia não diminuiu as tensões que se estabeleceram entre a Geografia e as mesmas, muito pelo contrário. Especialmente nos debates entre a Geografia e a História sobre seus limites, havia uma sobreposição das disciplinas, pleiteada por pesquisadores dos dois lados. Subdividiram-na em Geografia Histórica, História Geográfica, ou Geo-história, além da História da Geografia e da Geografia da História (Darby, 1953; Baker, 2003: 3). Por mais que alguns autores tenham se esforçado para apaziguar os ânimos e aumentar a abrangência de ambas as disciplinas (Darby, 1953; Baker, 2003),¹⁵ as tensões na “área de fronteira” das disciplinas continuou. Baker (2003: 1) frisa o uso de termos militares de pesquisadores dos dois campos quando pensam as relações entre os mesmos: fronteiras, domínio, defesa, anexação e invasão.

- 35 Em disputa para fortalecer sua legitimidade, o que parecia ser essencial para os geógrafos da época seria consolidar a disciplina como um campo científico na Academia. Para tal, era preciso evidenciar que haveria uma singularidade na contribuição geográfica, além de uma relativa unidade da disciplina. Outra questão era a necessidade de provar a capacidade explicativa da Geografia, para garanti-la como uma ciência autônoma.
- 36 É recorrente o argumento que, visando a legitimação da institucionalização, os geógrafos, principalmente os franceses, aceitaram essa divisão temporal e se contentaram no estudo do presente, entregando o passado para a História. Esse argumento parece ganhar força quando lemos a produção de alguns historiadores franceses, principalmente Lucien Febvre (1878-1956), cuja visão sobre o papel da Geografia produziu discussões acirradas entre os limites das disciplinas, e, com efeito, parecia limitar o tempo de atuação dos geógrafos ao presente.¹⁶
- 37 A visão de que a Geografia e a História (Vasconcelos, 2017: 38) seriam definidas pelo estudo do presente ou do passado foi duramente criticada ao longo do século XX. Se alguns historiadores franceses tinham visões restritivas sobre o que deveria ser de fato a contribuição geográfica, foram pouco parcimoniosos no que diz respeito à sua própria atuação. Historiadores como Fernand Braudel, Marc Bloch e Lucien Febvre (Baker, 2003: 16-24; Barros, 2005: 95-96; Bloch, 2001[1949]) evidenciaram a capacidade da História em trazer novas questões, entendimentos e análises quando lida com o presente. Do lado geográfico, fora toda a tradição *vidaliana*, os geógrafos historiadores atuais mencionam diversos pesquisadores como responsáveis em manter a discussão sobre o passado, como Darby (1909-1992), Sauer (1889-1975) e Mitchell (1904-1990).
- 38 Mas, como demonstrado, tampouco os geógrafos citados como “censores” são contra a possibilidade de a Geografia tratar do passado. Apesar de indicarem uma preferência pelo presente, não negam o passado como campo de pesquisa para o geógrafo. Não parece ser a *possibilidade* de estudo do passado que garantiria a singularidade geográfica necessária no processo de institucionalização da Geografia na Academia. Ao lermos tanto os trechos quanto os trabalhos desses autores que foram usados para justificar a existência da possível lei e contextualizá-los, conseguimos reconhecer dois tipos de críticas que parecem ser mais relevantes na proposta desses pesquisadores: a crítica da *necessidade* do estudo do passado e a crítica de *como* esse passado deve ser estudado.

A crítica do passado como necessidade

- 39 Uma questão recorrente nos trabalhos dos geógrafos citados não é a possibilidade de a Geografia estudar o passado, mas a necessidade de recorrer ao passado para analisar o presente. Isso pode ser verificado inclusive nas citações que os geógrafos atuais fazem de seus trabalhos:

Adquiramos conhecimento daquilo que existe, do estado geográfico do presente, *sem sermos obrigados a estudar primeiro a origem e as transformações históricas dos fenômenos*. [...] Os dois estudos são legítimos; longe de serem mutuamente exclusivos, eles devem se completar e, sem dúvida, devem mesmo confirmar-se mutuamente. Mas, *se é permitido a alguns tratar esses fatos exclusivamente sob o ponto de vista histórico, por que nos seria recusado tratá-los apenas sob o ponto de vista geográfico?* Eis aí claramente o que reivindicamos (Brunhes 1912: 596-597; 683-684, *apud* Abreu, 2000:14-15, grifos nossos)

Será *indispensável* para o geógrafo reconstituir a trama ininterrupta do passado para explicar o presente? (Cholley, 1942: 113 *apud* Abreu, 2000: 15, grifos nossos)

- 40 Ao lermos as obras na íntegra, essa crítica à necessidade fica mais evidenciada ainda. Brunhes, quando discute o que seria o “espírito geográfico”, ressalta que a Geografia pode contribuir para pesquisas das mais diferentes áreas (Brunhes, 1912: 683-761) com sua forma de ver o mundo, de maneira positiva e científica, que não precisaria resgatar a história do fenômeno para poder participar da sua discussão, mas atentar para a distribuição espacial do mesmo e outras relações geográficas passíveis de análise.
- 41 Cholley, ao discursar sobre a diferença entre História e Geografia, afirma que recriar toda uma narrativa histórica de cada elemento do espaço estudado para entender o presente não faria sentido para o geógrafo por dois motivos (Cholley, 1942: 113). Primeiro, porque seria uma tarefa impossível, dada a alta complexidade do trabalho, que exigiria o trabalho de um “historiador completo”¹⁷ por uma vida. Segundo, porque é uma tarefa desnecessária para entender o meio de um ponto de vista geográfico. O geógrafo francês exemplifica seu pensamento: para entender geograficamente uma região metalúrgica moderna é necessário recriar a série de fatos desde a origem da metalurgia? Ou mesmo da introdução da metalurgia na região?
- 42 Para Hartshorne as explicações e considerações geográficas não precisavam necessariamente perpassar o estudo da evolução das áreas estudadas (Hartshorne, 1939: 355). Com base nisso, o autor criticava, e era respondido com veemência (Sauer, 1940) em sua crítica, as propostas de Carl Sauer para uma abordagem genética do espaço. Afirmava que não fazia sentido exigir do geógrafo o uso do passado no seu trabalho da forma proposta por Sauer, quando queria entender a geografia presente de uma região, já que não teria nenhuma formação especializada para tal, e que as outras disciplinas já faziam esse estudo, de forma superior (Hartshorne, 1939: 354).¹⁸ Hartshorne era contra a ideia de que a única maneira de estudarmos um fenômeno é entender como o mesmo se originou e evoluiu (Hartshorne, 1959: 90).
- 43 Os autores contemporâneos rechaçam a ideia de que o único objetivo do estudo do passado pela Geografia seja o de auxiliar a compreender o presente (Abreu, 2000; Silva, 2012; Silveira, 2013; Rodrigues, 2015). Quando Abreu afirma que “É possível, sim, fazer geografias do passado, e elas não têm que buscar ali apenas as bases do entendimento do presente” (Abreu, 2000: 16), argumenta que o passado em si possui uma relevância autônoma que justifica a pretensão do geógrafo em estudá-lo. O que verificamos é que a crítica ao estudo do passado pela Geografia rejeitava a necessidade de se construir uma base do passado para se compreender o presente, pois considerava que este também possui uma relevância autônoma.
- 44 O que é comum aos trabalhos críticos é a reiterada preocupação para com a capacidade explicativa da Geografia. Se admitirmos que seja necessário e indispensável ao geógrafo realizar uma narrativa histórica do espaço estudado, para conseguir criar conhecimento sobre o mesmo, a Geografia não seria uma ciência independente. Se ela não consegue interpretar os fenômenos espaciais sem o uso obrigatório da História, a Geografia não poderia ser considerada, para esses autores, como uma ciência moderna e autônoma, portanto, não mereceria ser institucionalizada como tal. Seu valor relativo às outras ciências, como a Sociologia e a História, seria menor, servindo apenas para a produção de insumos científicos para outras disciplinas, como postulavam Durkheim e Febvre (Lepetit, 2001a: 31-32; Ribeiro, 2009). Ao explicitar a independência explicativa da Geografia, os autores estudados a removem de um estado de subordinação científica

no qual outros pesquisadores a tentavam colocar. Parecem menos preocupados em restringir o estudo do passado aos geógrafos e mais em garantir que os pesquisadores da área tivessem em pé de igualdade com outras ciências já mais estabelecidas ou também em vias de consolidação universitária.

A crítica a como estudar o passado

- 45 Um dos problemas que encontramos nas críticas do uso do passado pela Geografia, e nas análises contemporâneas das mesmas, está justamente em uma confusão no tratamento e uso quase que indiscriminados dos termos tempo, temporalidade, História e passado. Dizer, por exemplo, que o tempo foi deixado de lado nos estudos geográficos nos parece problemático, visto que até mesmo os geógrafos ditos “quantitativistas” consideravam o tempo como um fator em seus modelos explicativos, como, por exemplo, o tempo do traslado ser uma variável essencial para o entendimento da diferenciação espacial. Muito da compreensão contemporânea dos trabalhos ditos “legisladores” parece interpretar as críticas que esses geógrafos faziam do uso do tempo pelos cientistas da área como uma crítica geral à permissão do geógrafo de versar sobre o passado.
- 46 Como discutido anteriormente, ao contextualizarmos as obras criticadas, havia a necessidade de demonstrar a unidade e a particularidade da Geografia para institucionalizá-la e/ou consolidar sua institucionalização recente. Um dos caminhos tomado por tais geógrafos foi o de discutir e tentar caracterizar um método próprio da Geografia, algo que unisse as diversas produções do campo, assim como as diferenciase de outras disciplinas. É possível organizar essas críticas em dois grupos: as considerações de como incorporar o tempo na análise geográfica e as considerações de como estudar o passado.
- 47 O primeiro grupo se caracteriza pela discussão sobre o método geográfico em si e o papel do tempo no mesmo. A crítica reside na ideia de que a Geografia, por mais que possa usar o tempo, não baseia sua análise através da sucessão de tempos, mas sim através da diferenciação espacial.¹⁹ Para esses pesquisadores, se o geógrafo tentasse entender o fenômeno estudado a partir de uma visão narrativa, não estaria fazendo Geografia, mas sim História. E, se fosse para fazer História, haveria pessoas com mais capacidade metodológica e treinamento profissional para realizar essa pesquisa: o historiador (Cholley, 1942:113).
- 48 A atenção dada para a adoção e consolidação de um método próprio para diferenciar a Geografia de outras ciências é visível na bibliografia consultada. As críticas estavam tanto na baixa qualidade de trabalhos nos quais o tempo pouco ou nada auxilia para a compreensão espacial quanto na adoção irrefletida de métodos e pontos de vista da História para realizar trabalhos geográficos. Considerando o contexto de que a formação dos historiadores e geógrafos tinha um ciclo inicial comum, em muitos casos era totalmente conjunta, é compreensível que houvesse maior veemência em diferenciar os métodos do geógrafo daqueles do historiador, dada a necessidade, para os autores, da particularidade metodológica na consolidação de um campo científico. Essas preocupações e esforços na consolidação do campo e na separação entre a Geografia e História não é exclusividade do caso francês ou americano, inclusive estando presentes no contexto brasileiro, como apontam Aranha (2014, 2017) e Nunes Pereira (2008).

- 49 É interessante que, mais uma vez, as críticas desses geógrafos também podem ser relacionadas às críticas atuais. Abreu (2010: 18) reconhece que poucos foram os geógrafos que conseguiram integrar de forma satisfatória a relação espaço-tempo em seus trabalhos. Fica evidente de que as críticas a como o tempo aparece nos trabalhos geográficos não são exclusivas dos autores considerados “legisladores”, mas ainda são presentes na Geografia contemporânea. Santos (1996: 30-31) reconhece que o tempo não é mais um tabu, no que diz respeito aos trabalhos geográficos. Mas, assim como Crang (2005), o autor aponta a existência de uma frouxidão conceitual, com o uso frequente de tautologias e discursos que afirmam a importância do tempo no trabalho geográfico, criticam a falta do uso e o menosprezo pelo tempo por parte de outros pesquisadores. Contudo, embora realizem assinalem os problemas, não propõem métodos, criações de categorias de análise, ficando apenas na afirmação da importância em enunciados gratuitos e ingênuos.
- 50 Apesar da leitura que os autores contemporâneos fazem do comentário de Hartshorne sobre a Geografia Histórica,²⁰ de que a consideraria como uma “ciência autônoma” fora da própria Geografia, o que o autor americano está na realidade criticando é a pretensão de se estudar o fenômeno simultaneamente a partir do ponto de vista analítico e metodológico da Geografia e da História. Para Hartshorne isso seria quase impossível, pois as duas ciências se propunham a entender o mundo de forma diferenciada.²¹ Assim, seu ceticismo estava em relação a essa pretensão, não ao que ele mesmo definia como Geografia Histórica, uma geografia com objetivo de estudar um espaço no passado, que, apesar de usar documentos e materiais históricos, não se confundia com a História.²²
- 51 Além do tempo, os métodos de estudo do passado também foram criticados pelos geógrafos lidos. Hartshorne critica a arbitrariedade das periodizações realizadas (Hartshorne, 1939: 356), apontando uma falta de justificativa científica para a escolha das épocas dos cortes sincrônicos a serem estudados. O problema das periodizações também é levantado por Cholley (1942: 78), que recomenda atenção na escolha dos recortes temporais. Essa preocupação central da periodização pode ser verificada também nas discussões atuais da Geografia Histórica (Vasconcelos, 1999; Abreu, 2010; Corrêa, 2011; Godoy, 2013).
- 52 Parece ser uma crítica semelhante a que Santos (1996) fez a alguns métodos do que reconhece como Geografia Histórica:
- Em que medida ela pode revelar o que arbitrariamente se chama de passado, quando, em vez de mostrar a coerência simultaneamente espacial e temporal de um mesmo momento, apenas reúne instantes disparatados e distantes da mesma flecha do tempo? (Santos, 1996: 31)
- 53 Mais uma vez, o que parece ser criticado não é a possibilidade de uso do passado ou do tempo, mas de como o uso de ambos é operacionalizado.
- 54 Para os autores, no objetivo de frisar a singularidade explicativa da Geografia, termos que pareciam poucos precisos, como “fator histórico” (Claval, 1984), ou o recurso exclusivo de narrativas históricas para explicar a diferenciação espacial das áreas (Hartshorne, 1939), comprometiam tanto a cientificidade quanto a particularidade da Geografia enquanto uma disciplina a ser desenvolvida como ciência moderna. Hartshorne (1939, 1959) também critica os trabalhos dos “geógrafos historiadores” quanto à arbitrariedade de suas periodizações, disserta sobre os problemas de termos como “evolução” e “desenvolvimento”, aponta para a complexidade em se pensar as

mudanças na área como resultado de disputas de forças conflituosas e não de uma vontade una e progressiva, expõe questões como a não continuidade da unidade da área de estudo ao longo do tempo e da necessidade de se pensar na importância da atuação de agentes externos e em diferentes escalas.

- 55 O uso indiscriminado do passado nos trabalhos, aparecendo como apenas quase uma nota introdutória, também recebeu críticas. Para eles, na maioria das vezes, além de ser um trabalho mal feito, pois o geógrafo não possuía treinamento para tal tipo de trabalho, a investigação do passado não auxiliava a entender a região ou lugar que se pretendia estudar. Novamente, podemos traçar paralelos entre esses apontamentos às críticas presentes nos trabalhos atuais do campo, como em Rodrigues (2015: 251-252) e Abreu (2000).

Considerações finais

- 56 Não temos intenção de com esse texto negar que há certa marginalização da geografia que se propõe a estudar o passado no contexto geral da disciplina, seja pela relativa baixa quantidade de trabalhos, seja pela veemência das críticas que os mesmos sofrem por parte de colegas do campo. Da mesma forma, não se pretende aqui uma defesa dos ditos “geógrafos legisladores”, uma tentativa de blindá-los de críticas, nem mesmo uma concordância para com ou endosso de seus comentários e considerações.
- 57 O artigo originou-se a partir de um problema que tivemos em nossa pesquisa: uma aparente incongruência entre a literatura contemporânea, principalmente a brasileira, sobre a história das pesquisas dedicadas à relação entre a Geografia e o Passado, com sua possível “proibição” e a existência de diversos trabalhos de geógrafos que “visitavam” esse tempo dito interdito. Se o passado era proibido, como explicar essas obras? Se não era proibido, como interpretar as críticas ao estudo do passado pelos geógrafos, que são recorrentemente lembradas nos trabalhos atuais?
- 58 Foi pensando na afirmativa do historiador Lepetit, que afirma que “[o] conhecimento [...] progride não tanto por resolver os problemas quanto por modificar a forma de colocá-los” (Lepetit, 2001b [1995]: 59) que nos propusemos a ler tais obras a partir de uma abordagem que considerasse o contexto em que foram produzidas. Ao interpretar os textos considerando tanto o momento quanto lugar que foram publicados, assim como qual intenção declarada do autor para com sua obra e o público alvo, chegou-se na conclusão de que, antes de vedar a *possibilidade* de estudo do passado, esses geógrafos eram contrários a *necessidade* do mesmo, e criticavam *como* ele era estudado.
- 59 Por mais que possa parecer pouco produtivo voltar a essa discussão, quando é quase ponto pacificado que o passado pode sim ser estudado pelo geógrafo, acreditamos que este trabalho traz novas pautas para o debate. Este se faz necessário porque, a nosso ver, há dois principais perigos a serem evitados: um possível apagamento dos antigos trabalhos de geografias do passado, publicados nos “tempos da Proibição” e uma generalização empobrecedora das críticas dos ditos “legisladores”.
- 60 Na verdade, ao lermos as críticas antigas, nos parece haver diversos pontos de convergência para com as posições modernas – e não somente oposição. Seja de críticos a como operacionalizar o tempo, como Milton Santos, até autores da própria dita Geografia Histórica, as questões tanto sobre a relativa autonomia temporal (o passado pelo passado, o presente pelo presente) quanto de como estudar o passado são

frequentes e muitas vezes parecidas. Esperamos com este artigo não necessariamente responder tais questões, mas, olhando-as de outro ponto de vista, contribuir para a discussão do tema.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Maurício de Almeida (1998). "Sobre a memória das cidades". *Revista da Faculdade de Letras, Geografia I série*, v. XIV, Universidade do Porto, Portugal, pp. 77-97.
- Abreu, Maurício de Almeida (2000). "Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII". *Geosp*, v. 7, Universidade de São Paulo, pp. 13-25.
- Abreu, Maurício de Almeida (Org.) (2005). *Rio de Janeiro – Formas, Movimentos, Representações: Estudos de Geografia Histórica Carioca*. Rio de Janeiro: FAPERJ/CNPq.
- Abreu, Maurício de Almeida (2010) *Geografia Histórica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2 v.
- Alves, Vitor de Araújo (2011). "A Geografia Histórica como Campo de Pesquisas: Definições, Tensões e Metodologias". *Cidades*, v. 8, n. 14, pp. 623-643.
- Aranha, Patrícia (2014). "O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira". *Terra Brasilis* (Nova Série) [Online], [s.l.], n. 3, p.1-12.
- Aranha, Patrícia (2017). *Geografia como profissão: campo, auto-representação e historiografia (1934-1955)*. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Arcassa, Wesley de Souza. (2014). *Richard Hartshorne: da discussão metodológica aos novos horizontes da geografia política*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Baker, Alan R. H. (2003). *Geography and History. Bridging the Divide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barros, José d'Assunção (2005). "História, Região e Espacialidade". *Revista de História Regional*, n. 10, v. 1, pp. 95-129.
- Bassin, Mark; Berdoulay, Vincent (2004). "La géographie historique: localiser le temps dans les espaces de la modernité". In: Benko, Georges; Strohmayr, Ulf. (Orgs.). *Horizons Géographiques*. Paris: Éditions Bréal, pp. 292-338.
- Berdoulay, Vicent. (2003) "A abordagem contextual". *Espaço e Cultura*. Rio de Janeiro, n. 16, pp. 47-55. Publicado originalmente como *The Contextual Approach*, In: Stoddart, David (1981). *Geography, Ideology and Social Concern*. London, Blackwell.
- Berdoulay, Vincent. (2017) *A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual*. São Paulo: Perspectiva.

- Bernardes, Lysia Maria Cavalcanti; SOARES, Maria Therezinha de Segadas (1990 [1987]). *Rio de Janeiro: Cidade e Região*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural.
- Bloch, Marc. (2001). *Apologia a História: ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- Brunhes, Jean (1912). *La Géographie Humaine: essai de classification positive principes et exemples*. 2 ed. Paris: Librairie Félix Alcan.
- Brunhes, Jean; Vallaux, Camille (1921). *La Géographie de La Paix et de La Guerre sur Terre et sur Mer*. Paris: Alcan.
- Butlin, Robin (1993). *Historical Geography: Through the gates of space and time*. London: E. Arnold.
- Carneiro, Patrício Aureliano Silva (2016). “Origens e evolução da Geografia Histórica”. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS*, Três Lagoas, v. 1, n. 23, pp. 42-65.
- Carneiro, Patrício; Matos, Ralfo (2012). “Encontros e Desencontros entre Geografia e História e Tendências na Geografia Histórica Anglo-Saxã”. *Espaço Aberto (UFRJ)*, v. 2, pp. 33-49.
- Carvalho, Carlos Miguel Delgado de (1990). *História da Cidade do Rio de Janeiro*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990. Originalmente publicada em Rio de Janeiro, São Paulo e Bello Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1926.
- Castro, Therezinha de (1965). “Evolução política e crescimento da cidade do Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, pp. 569-586.
- Cholley, André (1942). *Guide de L'Étudiant en Géographie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Claval, Paul (1969). *Essai sur l'évolution de la géographie humaine*. Paris: Les Belles Lettres.
- Claval, Paul (1984). “The historical dimension of French geography”. *Journal of Historical Geography*, v. 10, n. 3, pp. 229-245.
- Crang, Mike (2005). “Time: Space”. In: Cloke, Paul; Johnston, Ron (Ed.). *Spaces of geographical thought: Deconstructing Human Geography's Binaries*. London: Sage Publications, pp. 199-220.
- Corrêa, Roberto Lobato (2011). “Espaço e Tempo – um tributo a Maurício Abreu”. *Cidades*, v. 8, n. 14, pp. 597-607.
- Corrêa, Roberto Lobato. (2016). “O interesse do geógrafo pelo tempo”. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 94, pp. 1-11.
- Coscioni, Fernando José (2015). *O propósito da Geografia e a relação entre os enfoques sistemático e regional na obra de Richard Hartshorne*. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Darby, Henry Clifford. (1953). “On the Relations of Geography and History”. *Transactions and Papers (Institute of British Geographers)*, v. 1, n. 19, pp. 1-11.
- Erthal, Ruy. (2003). “Geografia Histórica: considerações”. *Geographia*, Niterói, ano V, n. 9, pp. 29-39.
- Estavile, Lawrence (1991). “Organizing time in historical geography”. In: Brooks Green, D. *Historical Geography: A methodological portrayal*. Savage, MD: Rowman & Littlefield, pp. 310-324.
- Godoy, Paulo Roberto Teixeira (2013). “A Geografia Histórica e as formas de apreensão do tempo”. *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 2. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/767>. Acesso em: 19 out. 2017.

- Gomes, Angela Nunes Damasceno; Machado, Mônica Sampaio. (2013). "Exemplos brasileiros de geografia histórica: considerações sobre as obras de Maurício Abreu e Antonio Carlos Robert Moraes". *GeoUerj*, Rio de Janeiro, ano 15, v. 1, n. 24, pp. 18-36.
- Guelke, Leonard (1982). *Historical understanding in geography: an idealist approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Guelke, Leonard (1997). "The Relations between Geography and History Reconsidered". *History And Theory*, Middletown, v. 36, n. 2, pp. 216-234.
- Hartshorne, Richard (1939). "The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past". *Annals Of The Association of American Geographers*, v. 3, n. 29, pp. 173-412.
- Hartshorne, Richard (1959). *Perspective on the Nature of Geography*. Chicago: Rand McNally & Company.
- Harvey, David W. (1990). "Between Space and Time Reflections on the Geographical Imagination". *Annals of the Association of American Geographers*, v. 80, n. 3, pp. 418-434.
- Lamego, Mariana (2013). "Dos propósitos e modos de se escrever histórias". *Terra Brasilis* (Nova Série) [Online], n. 2, pp. 1-15. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4000/terrabrasilis.617>. Acesso em: 19 maio 2018.
- Lepetit, Bernard (2011a). "Proposições para uma prática restrita da interdisciplinaridade". In: Salgueiro, Heliana Angotti (Org.). *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. p. 45-86. Original publicado em: "Proposition por une pratique de l'interdisciplinarité", em *Revue de Synthèse*, ano 4, n.3, jul.-set., 1990, pp. 331-338.
- Lepetit, Bernard (2011b). "A cidade moderna na França. Ensaio de história imediata". In: Salgueiro, Heliana Angotti (Org.). *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. pp. 31-43. Original publicado em: "La ville moderne en France. Essai d'Histoire immédiate". *Panoramas Urbains. Situations de l'Histoire des villes*. Fontenay/Saint-Cloud, Ecole Normale Éditions, 1995, pp. 173-206.
- Lima, Átila de Maneses; Amora, Zenilde Baima. (2012) "Debates Acerca da Geografia Histórica e da Geo-História: Elementos para a Análise Espaço-Temporal". *Espaço Aberto*, [s.l.], v. 2, n. 2, pp. 51-72. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2089>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- Lowenthal, David (1985). *The Past Is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mamigonian, Armen (2003). "A Escola Francesa de Geografia e o papel de A. Cholley". *Cadernos Geográficos* (UFSC), Florianópolis, n. 6, pp. 7-46.
- Moraes, Antonio Carlos Robert de. (2000). "Geografia, História e História da Geografia". *Terra Brasilis*, n. 2. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/319>. Acesso em: 10 out. 2016.
- Novaes, André Reyes; Lamego, Mariana (2016). "Sobre a representatividade da História da Geografia e da Geografia Histórica nos Encontros Nacionais da Associação de Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE)". *Revista da Anpege*, [s.l.], v. 12, n. 18, pp. 239-258.
- Nunes Pereira, Sérgio (2008). "De "ciência auxiliar" a saber autônomo: dois momentos da geografia brasileira no século XIX". *Boletim Goiano de Geografia*, [s.l.], v. 24, n. 1, pp.11-22.
- Pinto, Maria Novaes (1965). "A cidade do Rio de Janeiro: evolução física e humana". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 191-232.
- Ribeiro, Guilherme. (2009) "Para ler geografia ou a geografia segundo Lucien Febvre". *Terra Livre*, v. 1, n. 32, pp. 121-136.

- Rodrigues, Glauco Bruce (2015). "Geografia histórica e ativismos sociais". *GeoTextos*, n. 11, v. 1, pp. 241-268.
- Santos, Milton (1994). *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Santos, Milton (1996). *A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.
- Silva, Lígia Maria Tavares (2007). "Trajetórias pela Geografia Histórica". In: Bezerra, Amélia; Gonçalves, Cláudio; Nascimento, Flávio; Arrais, Tadeu (Orgs.). *Itinerários Geográficos*. Niterói: Eduff.
- Silva, Marcelo Werner da (2012). "A Geografia e o estudo do passado". *Terra Brasilis* (Nova Série) [Online], n. 1. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/246>. Acesso em: 06 fev. 2017.
- Silveira, Patrícia Gomes da. (2013). *A Metrópole é Aqui: redes de abastecimento e o porto do Rio de Janeiro no comércio de cabotagem, 1799-1822*. 137 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Vasconcelos, Pedro de Almeida. (1999). "Questões metodológicas na geografia urbana histórica". In: Vasconcelos, Pedro de Almeida; Mello e Silva, Sylvio Bandeira de (Orgs.). *Novos estudos de Geografia Urbana brasileira*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, pp. 191-202.
- Vasconcelos, Pedro de Almeida (2011). "Da evolução urbana à Geografia Histórica do Rio de Janeiro: uma análise da produção de Maurício de Abreu". *Cidades*, v. 8, n. 14, pp. 609-622.
- Vasconcelos, Pedro de Almeida (2017). "A Geografia Histórica no contexto da História do Pensamento Geográfico e suas relações com as Ciências Humanas". *Revista Geógrafares*, [s.l.], n. 23, pp. 36-50.

NOTAS

1. Usamos aqui o termo de Alves (2011: 624), que diferencia geógrafos históricos, geógrafos que marcaram a história da ciência, de geógrafos historiadores, geógrafos que trabalham com a Geografia Histórica.
2. Principalmente a partir do trabalho de Guelke (1982).
3. Do original: *historical factor*.
4. Tradução livre: A Geografia da História, geografia da paz e da guerra, sobre a terra e sobre o mar.
5. Tradução livre: Geografia e História, unidade da Geografia.
6. Do original: *Voilà entre Géographie et Histoire une différence capitale: l'Histoire est tournée vers le passé, la Géographie regarde le présent. C'est la vie actuelle des groupements humains, l'état actuel des régions humaines qui constituent sa préoccupation essentielle*.
7. Do original: *Points de repère dans le passé*.
8. Do original: *Ce recours au passé permet de remédier à l'insuffisance de notre information et aux faiblesses de notre perspicacité. L'Histoire donne à la Géographie le recul nécessaire qui lui permet de construire sur des bases solides*.
9. Do original: *La connaissance du passé, le recours au passé, rest donc notre meilleur moyen de discernement*.
10. Do original: *La Géographie historique [...] se propose essentiellement de nous décrire l'aspect du monde à un moment déterminé du passé et de nous faire connaître la structure des groupements humains qui y déployaient alors leurs activités. Elle est donc à la fois universelle et régionale*.
11. Do original: *[...] the so-called "static" method of regional study does not limit itself to present condition*.

12. Do original: *On the other hand, the fact that time, in itself, is not a factor in geography, that geography studies the integration of phenomena in areas under the assumption of fixed time, does not limit geography to the present. It may strike a cross-section through reality at any point of time.*

13. Infelizmente Claval não cita nominalmente os alunos para procurarmos sua produção e/ou proibição.

14. Para trabalhos com essas pretensões, ver Berdoulay ([1981] 2017) e Claval (1969), sobre a geografia francesa. Na produção brasileira, há estudos sobre os autores, ver os trabalhos de Arcassa (2014) e Coscioni (2015) sobre a obra de Hartshorne e Mamigonian (2003) sobre as contribuições de Cholley.

15. Do original: *Let us confess that such treatments lie in an intellectual borderland. To set tariff frontiers around our different academic subjects, and so hinder the flow of ideas, is as unnecessary as it is unprofitable.* (Darby, 1953: 9).

Tradução livre: “Confessemos que tais tratamentos repousam em uma fronteira. Estabelecer tarifas alfandegárias ao redor de nossos diferentes campos acadêmicos, e, com isso, impedir o fluxo de idéias é tão desnecessário quanto não rentável”. A posição agregadora do livro de Baker (2003) está explícita literalmente no título: *Geography and History. Bridging the Divide* (op. cit., grifo nosso) – Geografia e História: Construindo uma ponte por sobre a divisão (Tradução livre).

16. Para maiores discussões sobre a visão de Febvre sobre os geógrafos, ver Ribeiro (2009).

17. Do original: *Historien complet.*

18. Do original: *The question is whether geographers who wish to study the present geography of a region are required first to produce works for which few of us are technically prepared and which can hardly be distinguished from those of other Field* (Hartshorne, 1939: 354). Tradução livre: “A questão é se seria necessário para os geógrafos que desejem estudar a geografia do presente de uma região primeiramente produzir trabalhos para os quais poucos de nós estão tecnicamente preparados e que dificilmente podem ser distinguidos das obras de outro campo”.

19. *We may conclude therefore that while the interpretation of individual features in the geography of a region will often require the student to reach back into the geography of past periods, it is not necessary that the geography of a region be studied in terms of historical development. // If the chorological manner of viewing things is the guiding principle of geography, the chronological organization of a study, even though of a "geographic region," is evidence of the essentially historical character of the work. // The relation of geography to the factor of time, Hettner concludes, is **not that** of a contrast with geology, according to which **geography is limited to human times, historic times, or even to the present as compared with the past.** Rather, geography is a field for which "time in general steps into the background" (Hartshorne, 1939: 359-360, grifos nossos). Tradução livre: “Podemos concluir, portanto, que mesmo que a interpretação de características individuais da geografia de uma região muitas vezes requeira que o estudante se lance nas geografias de períodos passados, não é necessário que a geografia de uma região seja estudada em termos de um desenvolvimento histórico. // Se a maneira corológica de ver as coisas é o princípio guia da geografia, a organização cronológica de um estudo, mesmo que de uma “região geográfica”, é uma evidência do caráter essencialmente histórico do trabalho. // A relação da geografia com o fator do tempo, conclui Hettner, **não é um contraste com a geologia, segundo a qual a geografia se limita aos tempos humanos, aos tempos históricos ou até ao presente em comparação com o passado.** Em vez disso, geografia é um campo no qual ‘o tempo geralmente recua para segundo plano’”.*

20. Não temos a intenção de discutir neste trabalho a Geografia Histórica em si, debate que acreditamos muitas vezes produzir mais calor do que luz.

21. Do original: *A co-ordinate combination of the two different points of view under which phenomena may be integrated-the geographic and the historical - is not geography or history but both. Whether or not such a combination is humanly possible we need not further discuss, at least until someone has demonstrated its possibility in practice* (Hartshorne, 1939: 360). Tradução livre: “Uma combinação coordenada dos dois pontos de vista diferentes sob os quais os fenômenos podem ser integrados -

o geográfico e o histórico - não é geografia ou história, mas ambos. Se essa combinação é humanamente possível ou não, não precisamos discutir, pelo menos até que alguém demonstre sua possibilidade na prática”

22. Do original: *In other words the significance of the word "historical" in this term is not to imply a direct connection with the field of history, but is used in the sense of "historical" as meaning that of the past. There is involved, to be sure, a practical relation to the field of history, in that the data for a study in historical geography must be obtained in large part from "historical" materials* (Hartshorne, 1939: 361). Tradução livre: “Em outras palavras, o significado da palavra "histórico" nesse termo não implica uma conexão direta com o campo da história, mas é usado no sentido de "histórico" como pertencente ao passado. Há, certamente, uma relação prática com o campo da história, na medida em que os dados para um estudo em geografia histórica devem ser obtidos em grande parte a partir de materiais ‘históricos’”.

RESUMOS

Nos recentes trabalhos de Geografia Histórica, principalmente da produção brasileira, há uma recorrente crítica ao que Abreu (2000:15) chamou de uma “ditadura do presente”, uma lei na qual a Geografia estaria fadada a estudar o tempo atual, e deixar o passado para os domínios da História. Com o intuito de contribuir para as discussões sobre a produção da Geografia do tempo pretérito, este artigo é uma análise dos trabalhos apontados como “legisladores” de tal regra temporal, procurando ver como se construíram essas críticas ao estudo do passado pela Geografia. Chegou-se na conclusão de que, antes vedar a *possibilidade* de estudo do passado, esses geógrafos eram contrários a *obrigatoriedade* de tal pesquisa por geógrafos, e criticavam *como* o passado era estudado, preocupados com o historicismo, a independência explicativa da Geografia e a consolidação da mesma como ciência moderna

Dans les travaux récents de géographie historique, en particulier en la production brésilienne, il y a une critique récurrente de ce que Abreu (2000: 15) a appelé une «dictature du présent», une loi dans laquelle la Géographie devait obligatoirement étudier le temps présent et laisser le passé aux royaumes de l'Histoire. Afin de contribuer aux discussions sur la production de la géographie du passé, cet article est une analyse des travaux identifiés comme "législateurs" d'une telle règle temporelle, cherchant à voir comment ces critiques de l'étude du passé par la Géographie ont été construites. Il est parvenu à la conclusion qu'avant d'interdire la possibilité d'étudier le passé, ces auteurs étaient contre le caractère obligatoire de telles recherches pour les géographes et ont critiqué la façon dont le passé était étudié, soucieux avec l'historicisme, l'indépendance explicative de la géographie et sa consolidation en tant que science moderne.

In recent works of Historical Geography, especially in Brazilian production, there is a recurring criticism of what Abreu (2000: 15) called a “present’s dictatorship”, a law in which Geography was bound to study the present time, and leave the past to be History’s domains. In order to contribute to the Historical Geography field’s discussions, this article is an analysis of the works identified as "legislators" of such a temporal rule, trying to see how these critiques of geography's study of the past were constructed. Our conclusion is that, before prohibiting the possibility of studying the past, these geographers were against the obligatoriness of such research for geographers, and they criticized how the past was studied, concerned with

historicism, the explanatory independence of Geography and the consolidation of same as a modern science.

En trabajos recientes de Geografía Histórica, especialmente de producción brasileña, hay una crítica recurrente de lo que Abreu (2000: 15) llamó una "dictadura del presente", una ley en la que la Geografía estaba obligada a estudiar el tiempo presente, y dejar el pasado a los reinos de la Historia. Con el fin de contribuir a las discusiones sobre la producción de Geografía del tiempo pasado, este artículo es un análisis de los trabajos identificados como "legisladores" de tal regla temporal, tratando de ver cómo se construyeron estas críticas al estudio de la geografía del pasado. Llegó a la conclusión de que antes de prohibir la posibilidad de estudiar el pasado, estos autores estaban en contra una naturaleza obligatoria de tal investigación por parte de geógrafos, y criticaron cómo se estudió el pasado, preocupado por el historicismo, la independencia explicativa de la geografía y la consolidación de ello como ciencia moderna.

ÍNDICE

Palavras-chave: geografia e passado, geografia histórica, geografia e história

Índice geográfico: Brasil, França e Estados Unidos da América

Índice cronológico: Século XX

Keywords: geography and past, historical geography, geography and history

Mots-clés: géographie et passé, géographie historique, géographie et histoire

AUTOR

THOMAZ MENEZES LEITE

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

E-mail: leitetm@hotmail.com